

Mortes no trabalho: análise por ramos de atividade

Deaths at work: analysis of branches of activity

Yuri Franco Trunckle¹, Cristina Akemi Okamoto¹, Eduardo Costa Sá²

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2770.v25i1p23-27>

Trunckle YF, Okamoto CA, Sá EC. Mortes no trabalho: análise por ramos de atividade. Saúde, Ética & Justiça. 2020;25(1):23-7.

RESUMO: Introdução: Sabe-se que as estatísticas referentes aos indicadores gerais e específicos relacionados ao trabalho e à sua mortalidade são escassos, o que pode ser em decorrência da carência de computação destes dados, pois uma parcela grande de trabalhadores não se enquadra como segurados da previdência social e, portanto, não é incluída nas estatísticas. Este estudo visa a analisar as taxas de morte relacionada ao trabalho por ramo de atividade, verificando em que ramos a morte é mais prevalente de acordo com o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e discutir acerca das possíveis causas correlacionadas. **Objetivos:** Analisar e discutir acerca das principais taxas de morte relacionadas ao trabalho por ramo de atividade, no âmbito previdenciário. **Método:** revisão literária na base de dados Scielo nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019 e análise do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho de 2017. **Resultados:** obtém-se, para o ano de 2015, 3,9% de mortalidade. Em 2016, houve leve redução, com 3,7%. Dentre os CNAE com maior mortalidade, no ano de 2015, temos 1.071 (34 mortes), 4.120 (107 mortes), 4.711 (45 mortes), 4.744 (46 mortes), 4.930 (301 mortes), 8.011 (62 mortes). **Conclusão:** as mortes em decorrência do trabalho mostram maiores índices entre os ramos de Transporte Rodoviário, Construção Civil e Atividades de Vigilância, Segurança e Investigação. Fatores como violência no trânsito e urbana podem ser causas que contribuem diretamente para estes números.

DESCRITORES: Morte; Acidentes de Trabalho; Causalidade.

¹ Instituto Oscar Freire da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IOF-FMUSP). E-mail: yuriftrunckle@gmail.com, c.okamoto@fm.usp.br

² Centro Universitário Saúde ABC - Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). E-mail: eduardocs6@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sabe-se que as estatísticas referentes aos indicadores gerais e específicos envolvendo o trabalho e sua mortalidade são escassos^{1,2}. Tais dados referentes à mortalidade, em específico, são de grande impacto para o entendimento das causalidades que envolvem esses eventos.

Apesar da diversidade de ocorrência no que diz respeito ao momento de processo de trabalho, a mensuração dos motivos envolvidos em eventos fatais ocupacionais permite estabelecer possíveis associações causais, muitas vezes não exclusivas, mas que podem contribuir para o fato³.

A escassez de dados também pode estar relacionada ao fato de que nem todas as mortalidades relacionadas ao trabalho estarem passíveis de serem computadas, já que uma parcela significativa de trabalhadores não está coberta pela previdência social e, portanto, não adentra as estatísticas oficiais relacionadas a acidentes de trabalho³.

Dessa forma, percebe-se a importância das estatísticas referentes a acidentes de trabalho, pois tais dados são acessíveis pela Previdência Social e permitem uma melhor análise de causas potencialmente fatais.

Visando uma análise de potenciais causas de morte previdenciárias, como já descrito por estudo anterior³, foram utilizados bancos de dados oficiais, como o Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev), nos quais dados relacionados a abertura de Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) e benefícios concedidos por esses acidentes estão disponíveis. Assim, existem compilados referentes a isso no chamado Boletim Estatístico de Acidentes de Trabalho e no Anuário Estatístico da Previdência Social^{4,5}.

Também possibilita esta análise o Sistema de Informação em Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, tendo sua abrangência nacional desenvolvida pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Trata-se de uma junção de todas as Declarações de Óbito (DO) realizadas pelos médicos nos serviços de saúde e por cartórios de registro civil^{3,6}.

Este artigo visa analisar as causas de morte relacionadas ao trabalho mais prevalentes de acordo com os CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e discutir acerca das possíveis causas correlacionadas.

OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar e discutir acerca da mortalidade relacionada ao trabalho por ramos de atividade econômica (CNAE) no âmbito previdenciário.

2.2 Específicos

2.2.1 Evidenciar quais os principais ramos de atividade com índices mais altos de mortalidade por setor.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada revisão literária utilizando os dados do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) de 2017, obtido através de acesso ao site da Previdência Social.

- **Critério de inclusão:** óbitos relacionados ao trabalho durante os períodos de 2015 a 2017;
- **Critério de exclusão:** óbitos relacionados ao trabalho antes do período de 2015 e/ou que não foram analisados pela análise do AEAT em questão;

Foi também realizada busca literária de artigos publicados na base de dados Scielo, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, tendo como critérios de inclusão artigos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, relacionados ao tema de mortes e/ou acidentes no trabalho. Foram incluídos casos referentes ao período de 2015 a 2017, por serem os últimos dados atualizados presentes no AEAT obtido.

RESULTADO

Através de análise do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho de 2017 (AEAT), foi possível constatar variações interessantes de óbitos em relação aos registros de acidentes de trabalho, de acordo com os variados CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) das empresas.

Obtém-se para o ano de 2015, 3,9% de mortalidade (2.546 mortes relativas a 639.113 acidentes de trabalho liquidados). No que tange ao ano de 2016, temos leve redução, com 3,7% (2.288 mortes em relação aos 603.768 casos de acidente de trabalho).

Em 2017 por sua vez, observa-se redução ainda maior em comparação a 2015, com 3,6% de mortalidade. Dentre os CNAE com maior quantidade de mortalidade temos:

- 1.071: Fabricação e refino de açúcar;
- 4.120: Construção civil;
- 4.711: Supermercados;
- 4.744: Comércio varejista;
- 4.930: Transporte rodoviário;
- 8.011: Atividades de vigilância, segurança e investigação.

Na Tabela a seguir, apresentamos os números

referentes a estes CNAE e a mortalidade de acordo com os anos, sendo que em 2017 houve leve diminuição em relação aos anos anteriores.

CNAE	2015	2016	2017
Fabricação e refino de açúcar	34	32	21
Construção civil	107	81	61
Supermercados	45	36	38
Comércio varejista	46	42	31
Transporte rodoviário	301	244	252
Atividades de vigilância, segurança e investigação	62	36	29

DISCUSSÃO

Segundo o AEAT de 2017, óbitos relacionados ao trabalho são definidos como *falecimento do segurado ocorrido em função do acidente do trabalho durante o exercício laboral*.

Tais informações são obtidas através do registro da CAT por morte em decorrência de acidente de trabalho e habilitação de pensão por morte devido a acidente de trabalho, quando há óbito em segurado em gozo de benefício acidentário⁷.

Os dados obtidos neste último AEAT trazem números expressivos e passíveis de correlação de acordo com os CNAE. Foi possível constatar que dentre os com maior mortalidade associada, temos o setor de transporte rodoviário (4.930). Esse achado é condizente com os dados referentes a causas de mortes externas no país, que apontam maior ocorrência em indivíduos jovens e do sexo masculino⁸⁻¹¹.

Isso implica não somente em diminuição de trabalhadores com potencial produtivo no país, como também em mortalidade precoce de indivíduos idosos, a despeito da maioria destes óbitos serem, de fato, em pessoas de faixa etária entre 20 e 49 anos¹². Observa-se, portanto, que as repercussões de mortalidade no trânsito estão também associadas aos trabalhadores que conduzem veículos durante sua jornada e ficam expostos aos elevados índices de acidentes fatais e não fatais.

É preciso considerar que, mesmo em casos que não levam a óbito, as consequências de saúde pública, previdenciárias e judiciais são elevadas. Há nesses casos grande potencial sequelar nos indivíduos e, portanto, em sua capacidade laborativa.

Em segundo lugar, na incidência de acidentes fatais no trabalho, temos a construção civil. O elevado risco de acidentes durante o trabalho nessa atividade tem relação direta com os dados obtidos no AEAT de 2017, repercutindo nos desfechos potencialmente fatais que podem ser atingidos. Esse ramo tem, conseqüentemente, elevados índices de acidentes de trabalho registrados,

bem como implicações diretas em litígâncias pleiteando indenizações trabalhistas ou mesmo contra a Previdência Social^{13,14}.

Tais aspectos devem ser levados em conta, já que as implicações pecuniárias desses acidentes são, portanto, de grande impacto na sociedade, além das taxas de óbito que, como discutido anteriormente, implicam em redução da mão de obra e do potencial econômico no país.

Silveira et al. (2005) fizeram uma análise de acidentes envolvendo trabalhadores da construção civil em um hospital universitário do interior do estado de São Paulo, mostrando números elevados. Foram levantados 14.873 registros de prontuário no período referente a dois anos, relacionados a 6.122 prontuários de trabalhadores atendidos. Destes, 618 eram relacionados a acidentes de trabalho e 24,27% de trabalhadores desse ramo¹⁵.

Tais números tornam evidente a necessidade de maior atenção a esse ramo da indústria, visto que há um elevado potencial de repercussões fatais e mórbidas nessa população de trabalhadores. A mortalidade é reflexo direto de medidas ainda insuficientes de prevenção de acidentes e medidas profiláticas pouco eficientes na educação desses trabalhadores frente aos riscos a que estão expostos.

No que tange ao terceiro CNES com maior quantidade de óbitos relacionados ao trabalho, temos o ramo de *Atividades de vigilância, segurança e investigação*. Certamente os elevados índices de violência no Brasil estão diretamente relacionados a esta estatística, tanto pela necessidade direta do uso destes serviços por empresas que necessitam assegurar de forma mais robusta os seus serviços, como pela exposição direta desses trabalhadores em sua atividade laborativa.

Chama a atenção os elevados índices referentes às atividades de Comércio Varejista e Supermercados, já que a mortalidade não é esperada para estes trabalhadores, pois, de forma geral, não se tratam de situações de risco. Entretanto, levando em conta aspectos que envolvem violência, como assaltos a mão armada, certamente há uma contribuição para a estatística apontada, ainda que não de forma integral como causa desses óbitos.

Nesse aspecto, a segurança pública certamente apresenta repercussão direta nesses dados e, portanto, deve ser um dos pontos a serem trabalhados para a sua diminuição. Isso torna evidente a multifatorialidade de causas para os dados encontrados neste AEAT, o que promove oportunidades.

Em números absolutos, a Fabricação e Refino de Cana de Açúcar traz números de óbitos menores em relação às outras atividades discutidas anteriormente. Sabe-se que a despeito da evolução nesse processo de trabalho, com uso de maquinários e regulamentações a respeito das safras de cana-de-açúcar, ainda há elevados índices de mortes nesse ramo de produção.

Inúmeros fatores podem estar elevando esses índices e um deles pode estar diretamente relacionado à mortalidade no trânsito, visto que o transporte de trabalhadores rurais está sujeito ao trânsito em vias não pavimentadas ou danificadas, além de possíveis carências de orientação ou material de segurança nesse transporte (como uso do cinto de segurança).

É preciso também levar em conta o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) por estes trabalhadores, visto que os índices de acidentes em decorrência do uso de materiais cortantes podem estar relacionados direta ou indiretamente à mortalidade elevada neste grupo¹⁶.

A discussão envolvendo a saúde do trabalhador – acidentes e óbitos – diz respeito a Saúde Pública, Medicina do Trabalho, Medicina Legal e Perícias Médicas e, conseqüentemente, ao Sistema Judiciário, além da própria Previdência Social. As repercussões são diretas nestas áreas de conhecimento e a atuação assim como as soluções para esse problema devem surgir de modo conjunto entre elas.

À Saúde Pública, pois a análise de causas e custos com o Sistema Único de Saúde (SUS) referente a estes acidentes traz informações que auxiliam na elaboração de métodos de abordagem e de possíveis soluções, entrando nesse aspecto em íntimo contato com a Medicina do Trabalho, que lida diretamente com a promoção de saúde e prevenção dos acidentes que levam à procura do SUS.

A Medicina Legal e as perícias médicas, por sua vez, auxiliam o judiciário na devida quantificação e

qualificação de eventuais ressarcimentos indenizatórios aos trabalhadores e/ou famílias que se sentem lesados por estes acidentes com repercussões graves, seja pela diminuição da capacidade laborativa e, portanto, da geração de renda familiar, seja pela perda de um indivíduo que sustenta de forma integral, ou parcial, esse núcleo, em um desfecho que poderia ser evitado. Diretamente, tais aspectos têm efeito frente à Previdência Social, que tem a prerrogativa de beneficiar os envolvidos nestes óbitos, o que pode levar a litigâncias por si só, vistos a insatisfação e o direito de recorrer às decisões que os beneficiários podem pleitear.

O óbito relacionado ao trabalho é o desfecho nefasto de uma cadeia de falhas no sistema que envolve a saúde do trabalhador e, portanto, merece maior atenção e intervenção, especialmente nestes ramos de atividade de maior risco.

CONCLUSÕES

As mortes em decorrência do trabalho apontadas pela AEAT de 2017 mostraram maiores índices nos anos de 2015, 2016 e 2017 entre os ramos de Transporte Rodoviário, Construção Civil e Atividades de Vigilância, Segurança e Investigação. Fatores como violência no trânsito e urbana podem ser causas contribuintes diretas para estes números e, portanto, necessitam de uma abordagem em diversas áreas, como a Saúde Pública, Segurança Pública e o Sistema Judiciário.

Trunckle YF, Okamoto CA, Sá EC. Deaths at work: analysis of branches of activity. *Saúde, Ética & Justiça*. 2020;25(1):23-7.

ABSTRACT: Introduction: Statistics related to general and specific indicators of work and its mortality are known to be scarce. This may be due to the lack of data input since a large portion of workers do not qualify for Social Security coverage and therefore do not enter the statistics. This study aims to analyze the most prevalent work-related death rates by sector according to the CNAE (National Classification of Economic Activities) and to discuss the possible correlated causes. **Objectives:** To analyze and discuss the main work-related death rates by type of activity in the scope of social security. **Method:** Literary review in the Scielo database in the months of October, November, and December 2019 and analysis of the Statistical Yearbook of Accidents at Work in 2017. **Results:** The year 2015 had a 3.9% mortality rate. In 2016, there is a slight reduction to 3.7%. Among the CNAE with the highest mortality rates in 2015, we have 1071 (34 deaths), 4120 (107 deaths), 4711 (45 deaths), 4744 (46 deaths), 4930 (301 deaths), and 8011 (62 deaths). **Conclusion:** Deaths due to work show higher rates among the sectors of Road Transport, Civil Construction, and Surveillance, Security, and Investigation Activities. Factors such as traffic and urban violence can be a direct contributing factor to these numbers.

KEY WORDS: Death; Accidents, Occupational; Causality.

REFERÊNCIAS

1. Wünsch-Filho V, Settimi MM, Ferreira CSW, Carmo JC, Santos UP, Martarello NA, et al. Sistema de informação para a ação: subsídios para a atuação prática dos programas de saúde dos trabalhadores a nível local. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 1993 [Acesso em 2019 ago. 11];9(2):136-48. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000200004&lng=en. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000200004>
2. Santos UP, Wünsch-Filho V, Carmo JC, Settimi MM, Urquiza SD, Henriques CMP. Sistema de vigilância epidemiológica

- para acidentes do trabalho: experiência na Zona Norte do Município de São Paulo (Brasil). *Rev Saúde Pública* [Internet]. 1990 [Acesso em 2019 ago. 11];24(4):286-93. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101990000400006&lng=en. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101990000400006>
3. Correa PRL, Assunção AA. A subnotificação de mortes por acidentes de trabalho: estudo de três bancos de dados. *Epidemiol Serv Saúde* [Internet]. 2003 [Acesso em 2019 ago. 11];12(4):203-12. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742003000400004&lng=pt. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742003000400004>
 4. Ferreira RR, Mendes R. Alguns aspectos epidemiológicos dos acidentes de trabalho fatais ocorridos em Campinas, SP (Brasil), 1972-1978. *Rev Saúde Pública* [Internet]. 1981 [Acesso em 2019 ago. 11];15(3):251-62. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101981000300002&lng=en. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101981000300002>
 5. Faria MP, Silva AM. Análise de acidentes do trabalho ocorridos durante parte do ano de 1983 na Grande Belo Horizonte (MG). *Rev Bras Saúde Ocup*. 1986;14(53):26-32.
 6. Beraldo PSS, Medina MG, Borba EA, Silva LP. Mortalidade por acidentes do trabalho no Brasil – uma análise das declarações de óbito, 1979-1988. *Informe Epidemiológico do SUS*. 1993;2(1):41-54.
 7. Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2017*. Brasília: MF; 2017. 996 p.
 8. Lluís MN, Alvarez MG, Menéndez ZM. Mortalidad por accidentes: algunos datos sobre su comportamiento en Cuba. *Rev Cubana Adm Salud*. 1987;13(4):479-87.
 9. Ladeira RM. Morbimortalidade por acidentes de trânsito em cinco hospitais de Belo Horizonte e Contagem, 1994/95 [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 1997.
 10. Lucca SR, Mendes R. Epidemiologia dos acidentes do trabalho fatais em área metropolitana da região sudeste do Brasil, 1979-1989. *Rev Saúde Pública* [Internet]. 1993 [Acesso em 2019 ago. 11];27(3):168-76. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101993000300003&lng=en. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101993000300003>
 11. Souza ER, Assis SG. A questão da violência e saúde na América Latina. *Saúde em Debate*. 1990;29:75-6.
 12. Scalassara MB, Souza RKT, Soares DFPP. Características da mortalidade por acidentes de trânsito em localidade da região Sul do Brasil. *Rev Saúde Pública* [Internet]. 1998 [Acesso em 2019 ago. 11];32(2):125-32. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101998000200004&lng=en. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101998000200004>
 13. Caderno Informativo de Prevenção de Acidentes. Estudo das condições de saúde e higiene do trabalhador da construção civil. 1995;16(190):32.
 14. Caderno Informativo de Prevenção de Acidentes. Os acidentes de trabalho nas atividades econômicas. 1997;18(207):48.
 15. Silveira CA, Robazzi MLCC, Walter EV, Marziale MHP. Acidentes de trabalho na construção civil identificados através de prontuários hospitalares. *Rev Esc Minas* [Internet]. 2005 [Acesso em 2019 ago. 11];58(1):39-44. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672005000100007&lng=en&nrm=iso. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0370-44672005000100007>
 16. Silva EMR, Vasconcelos MCA. As condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar de Jequiá da Praia, Alagoas, Brasil. In: *Anais do XI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”*; 2017; São Cristóvão. Aracaju: Educon; 2017. p.18.

Recebido em: 14/05/2020

Aceito em: 28/06/2020